

**Ata da 13ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário - SIAUD-Jud**

**1. Identificação da reunião**

Data da reunião	Horário	Local	Presidência
10/12/2024	15h – 16h	Cisco Webex	Lino Comelli (assessor-chefe da Secretaria de Auditoria do CNJ)

**2. Abertura e Apreciação dos itens pautados**

Item	Descrição Resumida
1	<p><b>Análise e deliberação acerca do ranqueamento dos tribunais no painel resultante das ações coordenadas de auditoria</b></p> <p><b>Relator:</b> Lino Comelli (CNJ)</p> <p>O assessor-chefe da Secretaria de Auditoria iniciou a reunião consultando os membros do comitê sobre a manutenção do ranqueamento dos tribunais no painel resultante das ações coordenadas de auditoria.</p> <p>O assessor Lino Comelli informou que o representante de um tribunal, não integrante do comitê, questionou a publicação de tópico que configura ranking dos Tribunais nos painéis das ações coordenadas. Em razão disso, o tema estava sendo submetido à deliberação dos membros.</p> <p>Os participantes debateram amplamente a relevância e os impactos da manutenção do ranqueamento. Os principais pontos abordados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A importância da transparência e da prestação de contas como mecanismos de controle e aprimoramento da gestão pública;</li><li>• A necessidade de maior clareza nos critérios utilizados para compor o ranqueamento;</li><li>• A preocupação com a equidade no tratamento de órgãos cuja realidade específica pode não se enquadrar plenamente nos parâmetros avaliados.</li></ul> <p>Após discussão, foi realizada votação com o seguinte resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Manutenção do ranqueamento: maioria dos votos;</li><li>• Retirada do ranqueamento: apenas o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, representado por Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, votou pela exclusão.</li></ul>

	<p>Prevaleceu a decisão de manter o ranqueamento no painel. Contudo, foram registradas as seguintes recomendações para aprimoramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O CNJ deverá melhorar a clareza das informações apresentadas no painel, detalhando os critérios utilizados para a composição do ranqueamento;</li> <li>• Para os segmentos de justiça em que determinados testes ou critérios não sejam aplicáveis, eventuais respostas negativas não poderão ser contabilizadas de forma que prejudiquem o órgão avaliado.</li> </ul>
2	<p><b>Apresentação de proposta de identidade visual para o SIAUD-Jud.</b> <b>Relatora:</b> Andrea Sobral de Barros (COSI)</p> <p>A Coordenadora da COSI, Andrea Sobral de Barros, apresentou a proposta de identidade visual do SIAUD-Jud, desenvolvida pela Secretaria de Comunicação do CNJ.</p> <p>Durante a discussão, surgiram questionamentos por parte de alguns membros do Comitê quanto à aplicabilidade e obrigatoriedade do uso da logomarca. Lino Comelli esclareceu que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há impedimentos para que todos os órgãos integrantes do SIAUD-Jud utilizem a logomarca apresentada;</li> <li>• O uso da identidade visual será facultativo, ficando a critério de cada órgão a adoção da proposta.</li> </ul> <p>Após os esclarecimentos, a proposta de identidade visual do SIAUD-Jud foi submetida à votação e aprovada por unanimidade pelos membros do Comitê.</p> <p>Com a aprovação unânime, foi registrado o consenso entre os membros e reafirmado o alinhamento em torno da identidade visual como elemento de fortalecimento institucional.</p>
3	<p><b>Análise e Deliberação acerca de possíveis alterações da Resolução CNJ n. 308/2020</b> <b>Relator:</b> Daniel Martins Ferreira (CJF)</p> <p><b>Planejamento das Ações Coordenadas de longo Prazo</b></p> <p>Com a palavra, Daniel Martins Ferreira, do Conselho de Justiça Federal trouxe o questionamento advindo de alguns órgãos da justiça federal, sobre a proposta de realizar um planejamento de longo prazo (PALP) dessas ações coordenadas de auditoria. Foram apresentadas as seguintes sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Planejamento de Longo Prazo (PALP):</b> estabelecer um planejamento de longo prazo para que os tribunais possam se preparar, tanto em capacitação sobre a temática das ações coordenadas quanto no cumprimento de prazos.</li> <li>• <b>Desnecessidade de submissão do tema das ações coordenadas anualmente à aprovação da CPA:</b> deixar de submeter o tema das</li> </ul>

	<p>ações coordenadas à aprovação da Comissão Permanente de Auditoria (CPA), o que demandaria alterações na Resolução CNJ n. 308/2020.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Periodicidade do PALP:</b> ajustar a periodicidade do PALP de 4 para 6 anos, alinhando-o ao planejamento estratégico do Poder Judiciário.</li> </ul> <p>Por falta de tempo hábil, a deliberação sobre essa proposta foi adiada para a próxima reunião.</p>
4	<p><b>Previsão das Seções Judiciárias Federais no SIAUD-Jud</b> <b>Relator:</b> Daniel Martins Ferreira (CJF)</p> <p>Daniel Martins Ferreira também propôs a inclusão das seções judiciárias federais no SIAUD-Jud, bem como a indicação de um representante das seções no Comitê, para garantir maior representatividade e compreensão das especificidades dessas unidades. Por falta de tempo hábil, a deliberação sobre essa proposta foi adiada para a próxima reunião.</p>
5	<p>A seguir, já na fase de encerramento da reunião, Lino Comelli apresentou os seguintes informes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atualizações acerca das tratativas para utilização do sistema E-Aud da Controladoria-Geral da União pelo Poder Judiciário. Informou que não deve haver avanço nessas tratativas, uma vez que o Departamento de Tecnologia está sendo muito demandado para outras tarefas que foram consideradas prioritárias pela alta administração.</li> <li>✓ Calendário de Reuniões Ordinárias do SIAUD-Jud previstas para o ano de 2025: 12 de fevereiro, 11 de junho e 15 de outubro.</li> <li>✓ Definição da norma que institui a Rede de Apoio para Implementação do IA-CM no Poder Judiciário – apreciação na próxima reunião;</li> <li>✓ Criação de Grupo de Trabalho para avaliar a admissibilidade das ações e projetos a serem inscritos para concorrer ao Prêmio Auditoria que ocorrerá no Fórum Permanente de Auditoria, que ocorrerá no segundo semestre de 2025 – pauta para a próxima reunião.</li> <li>✓ Criação de Grupo para organização do Fórum Permanente de Auditoria Interna do Poder Judiciário, edição 2025 – pauta para a próxima reunião.</li> </ul> <p>Alguns integrantes ponderaram que, quanto à duração das reuniões, seria interessante, prever um tempo maior, tendo em vista que o debate oral poderia ser muito enriquecedor para as discussões travadas. Lino expressou que a sugestão seria avaliada.</p> <p>Por fim, Lino agradeceu a presença de todos (as) e encerrou a reunião.</p>

### 3. Presentes

Nome	Órgão	Membro Titular ou Representante
Lino Comelli Júnior	CNJ	representante
Diocésio Sant'anna	STJ	representante
Daniel Martins Ferreira	CJF	titular
Luiz Cláudio Gonçalves	TST	titular
Rilson Ramos de Lima	CSJT	titular
Marcelo Vasciaveo	TRF3	representante
Wagner Azevedo da Silva	TRT10	titular
Mauricio Borba	TRT5	titular
Hillene de Cássia Sbalqueiro Silva Meira	TRE-PR	titular
Silvânia Martins de Santana	TRE-SE	representante
Tiago Silva Guimarães	TJPA	titular
Maurício Cardoso Segundo	TJPR	titular
Rodrigo Roesler	TJAC	titular
Denise Salvadori Virti	TJRS	titular
Wellington Corrêa	TJMT	titular
Fernando Santos Bezerra	TJSE	titular
Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib	TJMG	titular
Andrea Sobral de Barros	CNJ	apoio
Natascha Barreto de Almeida Rangel	CNJ	apoio